



Tribunal de Contas da União
Secretaria-Geral de Controle Externo

OFÍCIO 8000/2021-TCU/Seproc

Brasília-DF, 3/3/2021.

Ao (À) Senhor (a)
Chefe de Gabinete da Presidência
Tribunal de Contas do Distrito Federal
Palácio Costa e Silva - Praça do Buriti
70.075-901 - Brasília - DF

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

Protocolo:

428/2021

e-Doc: F1F0715B

11/03/2021 17:12:34

www.tcu.gov.br/consultas



Processo TC 000.367/2021-4

Tipo do processo: Representação

Relator do processo: Ministro Bruno Dantas

Unidade responsável: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Urbana

Assunto: Diligência.

Senhor (a),

1. Em atendimento à decisão contida no processo acima indicado, solicito a Vossa Senhoria que, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento desta comunicação, encaminhe ao Tribunal de Contas da União (TCU) as informações relacionadas na documentação anexa, que integra esta comunicação.
2. Por dever de ofício, informo que o não cumprimento de diligência ou de decisão do Tribunal, no prazo fixado, sem causa justificada, poderá ensejar a aplicação da multa prevista no art. 58, inciso IV, da Lei 8.443/1992, caso o responsável seja jurisdicionado ao TCU. A aplicação da citada multa prescinde de realização de prévia audiência, nos termos do art. 268, § 3º, do Regimento Interno do TCU.
3. Por oportuno, solicito especial atenção às informações complementares que acompanham este ofício, bem assim para a necessidade de utilizar – para resposta a comunicações e envio de documentos – os serviços da plataforma Conecta-TCU ou do protocolo eletrônico, disponíveis no Portal do TCU (www.tcu.gov.br), endereço em que também é possível acessar os autos.
4. Esclarecimentos adicionais quanto ao processo podem ser obtidos, no horário das 13h às 17h, junto à Secretaria de Gestão de Processos (Seproc), em Brasília, telefone (61) 3527-5234 e e-mail cacidadeao@tcu.gov.br.

Atenciosamente,

Assinado eletronicamente

VIVIANE CRISTINE C. B. DUARTE SOMOGYI
Chefe do Serviço de Comunicação Processual 3
(Subdelegação de competência: art. 2º, I, da Portaria-Seproc nº 1/2020)

**Tribunal de Contas da União****INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES**

- 1) A diligência realizada pelo Tribunal possui fundamento legal no art. 11 da Lei nº 8.443/1992.
- 2) A apresentação de resposta ao TCU deve observar as seguintes orientações:
 - a) ser dirigida ao Relator do processo;
 - b) indicar, com destaque, o número do processo e deste ofício;
 - c) utilizar dos serviços de protocolo eletrônico ou da plataforma digital Conecta-TCU disponíveis no Portal do TCU. Documento que, em razão do formato, do tamanho ou de outra característica, não possa ser encaminhado por meio desses canais, deve ser apresentado por cópia ou segunda via, ou mídia digital, exceto nos casos em que houver determinação legal para apresentação de originais, cabendo ao responsável e/ou interessado manter os originais sob sua guarda, nos termos do art. 4º, § 2º, da Instrução Normativa TCU nº 68/2011;
 - d) a resposta pode ser apresentada diretamente pelo destinatário do ofício ou por intermédio de procurador regularmente constituído nos autos, conforme disciplina o art. 145 do Regimento Interno do TCU;
 - e) caso haja procurador constituído nos autos, as comunicações processuais subsequentes serão dirigidas a esse representante, conforme disposto no art. 179, § 7º, do Regimento Interno do TCU. Se houver mais de um procurador, pode ser indicado o nome daquele a quem deverão ser encaminhadas as comunicações.
- 3) A informação classificada na origem com restrição de acesso deve ser acompanhada dos seguintes elementos, consoante a Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011), caso contrário será considerada de acesso público pelo Tribunal:
 - a) indicação objetiva da hipótese de restrição de acesso: informação imprescindível à segurança da sociedade ou do Estado; informação com sigilo atribuído por legislação específica; informação pessoal relativa à intimidade, vida privada, honra e imagem;
 - b) na hipótese de informação imprescindível à segurança da sociedade ou do Estado, indicar:
 - b.1) o grau de sigilo da classificação (reservado, secreto ou ultrassecreto);
 - b.2) o fundamento legal da classificação;
 - b.3) o prazo de restrição de acesso ou o evento que defina o termo final;
 - b.4) o assunto sobre o qual versa a informação.
 - c) na hipótese de informação com sigilo atribuído por legislação específica, indicar o fundamento legal da classificação;
 - d) na hipótese de informação pessoal relativa à intimidade, vida privada, honra e imagem, indicar o prazo de restrição de acesso e a pessoa a que se refere;
 - e) indicação do nome do responsável pela classificação.
- 4) Nos termos do art. 183, parágrafo único, do Regimento Interno, a prorrogação de prazo, quando cabível, contar-se-á a partir do término do prazo inicialmente concedido. O Tribunal não está obrigado a notificar quanto ao deferimento do pedido. Cabe ao responsável acessar o processo, no Portal do TCU, ou entrar em contato, pelos meios indicados para tomar conhecimento da decisão.



TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
Secretaria-Geral de Controle Externo
Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Urbana

TC 000.367/2021-4

Tipo: Representação

Unidade jurisdicionada: Secretaria de Saúde
do Distrito Federal – SES/DF

Advogado ou Procurador: não há

Interessado em sustentação oral: não há

Proposta: oitiva e diligência

Exmo. Ministro Bruno Dantas, relator do processo (peça 11)

1. Cuidam os presentes autos de formulação de Representação a respeito de possíveis irregularidades ocorridas na Secretaria de Saúde do Distrito Federal – SES/DF. Os fatos descritos a seguir foram obtidos no âmbito do Relatório de Acompanhamento (Racom), decorrente de solicitação do Congresso Nacional, para a realização de fiscalização nos recursos federais repassados ao Governo do Distrito Federal para o enfrentamento da pandemia da Covid-19.

2. O referido Racom é objeto do TC 035.961/2020-1, sob responsabilidade da Secretaria de Controle Externo da Saúde, e os documentos que serviram de base para essa representação foram encaminhados a esta unidade por conta do objeto, montagem de hospital de campanha e pela expertise desta Secretaria no tema. O objeto dessa representação é a dispensa de licitação 453/2020, com orçamento estimado em R\$ 6.077.270,20. A empresa vencedora da disputa foi a Contarpp Engenharia Ltda, CNPJ 26.412.148/0001-27, que apresentou proposta de R\$ 5.092.313,27, valor pelo qual foi assinado o contrato 67/2020 com a SES/DF.

BREVE HISTÓRICO

3. A atuação do Tribunal TCD/DF foi iniciada a partir de representação formulada pela empresa RVA Comércio e Serviços de Construções Eireli, CNPJ 20.936.189/0001-36, em que alega ter sido alijada da dispensa de licitação 453/2020, destinada à implantação de hospital de campanha do Estádio Nacional Mané Garrincha, para a criação de duzentos leitos de internação para tratamento de pacientes com Covid-19. A empresa, na ocasião, pediu a suspensão cautelar da contratação.

4. Segundo a empresa, a SES/DF teria descartado proposta financeira mais vantajosa, com o agravante de omitir os motivos que ensejaram a sua inabilitação. Ao analisar os argumentos, a equipe do TCD/DF entendeu que estavam presentes os indícios de irregularidades no procedimento e propôs ouvir os argumentos da SES/DF, bem como da empresa vencedora da dispensa de licitação (peça 1, p. 4-5). O relator do feito naquele Tribunal, Conselheiro Manoel de Andrade, entendeu que a adoção de medida cautelar seria exagerada, mas determinou a manifestação dos envolvidos, SES/DF e empresa vencedora, nos termos propostos pela unidade instrutiva.

5. Em análise efetuada pela primeira divisão da Secretaria de Fiscalização de Áreas Sociais do TCD/DF, foi concluído que os esclarecimentos não foram suficientes para sanar as dúvidas levantadas na representação e determinou novamente à SES/DF que se manifestasse quanto aos seguintes itens:

- a) exigência imotivada de qualificação técnica em serviços de manutenção predial, reforma ou construção de edificações hospitalares, considerando que os itens objeto da contratação se referem predominantemente a serviços comuns de engenharia;
- b) ausência de respostas aos pleitos da empresa representante;



TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
Secretaria-Geral de Controle Externo
Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Urbana

- c) metodologia utilizada para dimensionamento das quantidades dos itens de serviços e para a obtenção dos preços dos serviços;
- d) ausência de planilha orçamentária na proposta da empresa vencedora.

6. Novamente o relator do processo concordou com a unidade técnica, determinando à Secretaria de Saúde do DF que apresentasse os esclarecimentos solicitados e, ainda, facultou à empresa vencedora que se manifestasse quanto à ausência da planilha orçamentária (peça 4).

7. Em análise da nova documentação encaminhada, a unidade técnica do TCU DF entendeu que os argumentos apresentados pela SES/DF "foram dispersos e superficiais", permeando grande parte das irregularidades. Em acréscimo, verificou fortes indícios de sobrepreço, estimado em R\$ 1.483.087,75, o que equivaleria a 29,12% do valor contratado (peça 6, p. 17-18). A proposta de encaminhamento é para que a Secretaria de Saúde apresente justificativas para as irregularidades apontadas.

EXAME DE ADMISSIBILIDADE

8. Com efeito, esta representação preenche os requisitos de admissibilidade constantes no art. 235 do Regimento Interno do TCU, haja vista a matéria ser de competência do Tribunal, uma vez que se tratam de recursos repassados pelo governo federal à SES/DF, referir-se a responsável sujeito a sua jurisdição, estar redigida em linguagem clara e objetiva, conter nome legível, qualificação e endereço do representante, bem como o encontrar-se acompanhada do indício concernente à irregularidade ou ilegalidade.

9. Além disso, a unidade técnica da Seinfra Urbana possui legitimidade para representar junto ao Tribunal, consoante disposto no caput do art. 237, VI, do RI/TCU.

10. Ainda, conforme dispõe o art. 103, § 1º, in fine, da Resolução - TCU 259/2014, verifica-se a existência do interesse público no trato da suposta irregularidade/ilegalidade, pois a contratação a partir de edital contendo cláusulas restritivas, o cerceamento do contraditório à licitante e a elaboração de planilha com sobrepreço poderia causar substancial prejuízo ao erário público.

11. Dessa forma, a presente representação poderá ser objeto de apuração, para fins de comprovar a sua procedência, nos termos do art. 234, § 2º, segunda parte, do Regimento Interno do TCU, aplicável de acordo com o parágrafo único do art. 237 do mesmo RI/TCU.

EXAME TÉCNICO

12. A documentação acostada aos autos demonstra que, apesar de diversas oportunidades, a Secretaria de Saúde do DF não foi capaz de justificar a exigência de experiência anterior de serviços de manutenção predial ou construção de edificações específicas em hospitais, o que afronta o art. 3º, caput e § 1º, inciso I, da Lei 8.666/1993, bem como a jurisprudência dominante do TCU.

13. Em adição, ao longo do trabalho desenvolvido pela unidade técnica do TCU DF, os auditores verificaram fortes indícios de sobrepreço. O valor estimado do dano, de R\$ 1.483.087,75, foi obtido a partir de apenas dois itens: i) remoção de forno e ii) fornecimento e instalação de forno. Para efeito de comparação, a equipe do TCU DF adotou como referência outro contrato contemporâneo ao analisado, levado a cabo pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT).

14. E ainda, entre as peças fornecidas a esta unidade técnica, também consta um relatório técnico elaborado pela Secretaria de Perícias e Diligências do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT). O relatório apresenta outras inconsistências no orçamento base da licitação, com a ausência de detalhamento em itens de serviços e o uso de preços em unidade "verba", mas não arrisca apontar um sobrepreço pois "dadas as condições de especificidade dos serviços, incertezas e lacunas na planilha orçamentária da obra, as informações restaram insuficientes para bem caracterizar qualquer dano ao erário até o momento".



TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
Secretaria-Geral de Controle Externo
Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Urbana

15. Outra informação relevante apontada no relatório do MPDFT é que os seis primeiros colocados foram desqualificados tecnicamente pela comissão que avaliou os atestados de capacidade técnica. O vencedor do certame foi a empresa que apresentou a 7ª proposta em termos de preço.

16. Apesar dos esforços empreendidos pelos órgãos de controle mencionados, considerando que o TCU adotou como referência os preços de outra contratação e não de sistemas oficiais e que o MPDFT sequer arriscou indicar um valor do possível sobrepreço, reputa-se necessária a atuação desta unidade, a fim de apurar os possíveis danos ao erário e eventualmente propor ações de ressarcimento, a depender da situação do contrato.

17. Assim, será proposta a diligência da Secretaria de Saúde do Distrito Federal, para que justifique as irregularidades apontadas pela empresa representante e pela unidade técnica do TCU, bem como ao próprio TCU, para que forneça as informações sobre a situação atual do processo no âmbito daquela Corte.

CONCLUSÃO

24. O presente documento deve ser conhecido com o Representação, por preencher os requisitos previstos nos arts. 235 e 237, VI, do Regimento Interno/TCU e no art. 103, § 1º da Resolução - TCU 259/2014.

25. Considerando os indícios de irregularidades apontados pela empresa representante e pelos trabalhos realizados pela unidade técnica do TCU, entende-se necessário diligenciar a Secretaria de Saúde do Distrito Federal e o próprio Tribunal de Contas, a fim de se obter mais informações, capazes de confirmar as possíveis irregularidades e quantificar o eventual dano.

PROPOSTA DE ENCAMINHAMENTO

28. Ante todo o exposto, submetem-se os autos à consideração superior propondo:

a) conhecer o presente feito com o representação, satisfeitos os requisitos de admissibilidade previstos nos arts. 235 e 237, VI, do Regimento Interno deste Tribunal e no art. 103, § 1º, da Resolução - TCU 259/2014;

b) determinar, com fulcro no art. 250, V, do RI/TCU, a realização de **oitiva** da Secretaria de Saúde do Distrito Federal, para, no prazo de 15 dias, apresentar justificativas sobre os seguintes fatos:

b.1) exigência imotivada de qualificação técnica em serviços de manutenção predial, reforma ou construção de edificações hospitalares, considerando que os itens objeto da contratação se referem predominantemente a serviços com uns de engenharia;

b.2) ausência de respostas aos pleitos da empresa RVA Comércio e Serviços de Construções, no bojo do processo de dispensa de licitação 453/2020;

b.3) falha no dimensionamento do quantitativo do serviço "retirada de fôrro mineral";

b.4) sobrepreço nos custos unitários dos itens retirada de fôrro mineral e fornecimento e instalação de fôrro tipo fibra mineral.

c) realizar **diligência**, com fulcro no art. 157, do RI/TCU, à Secretaria de Saúde do Distrito Federal, para que forneça, no prazo de 15 dias:

c.1) os elementos que subsidiaram a formação de preços da planilha orçamentária para a dispensa de licitação 453/2020;

c.2) os projetos utilizados para a quantificação dos itens de serviços da planilha orçamentária, incluindo memoriais descritivos;

d) realizar **diligência**, com fulcro no art. 157, do RI/TCU, ao Tribunal de Contas do Distrito Federal, para que forneça, no prazo de 15 dias, acesso ao processo que trata da contratação do hospital de campanha do Estádio Mané Garrincha.



TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
Secretaria-Geral de Controle Externo
Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Urbana

SeinfraUrbana, 12 de fevereiro de 2020.

(Assinado eletronicamente)

Marcos Donizete Machado

AUFC - Mat. 9435-8



TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
Segecex/Coinfra
Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Urbana

TC 000.367/2021-4

Apenso:

Tipo de processo: REPRESENTAÇÃO

PRONUNCIAMENTO DA UNIDADE

Manifesto-me de acordo com a proposta formulada pelo(a) AUFC MARCOS DONIZETE MACHADO.

Declaro, ainda, que foi verificado, no que se mostrou aplicável, o atendimento ao disposto na Resolução – TCU 315/2020.

SeinfraUrb, em 12 de fevereiro de 2021.

(Assinado eletronicamente)

KEYLA ARAÚJO BOAVENTURA



Processo: 000.367/2021-4

Natureza: Representação

Órgão/Entidade: Secretaria de Estado de
Saúde do Distrito Federal

Responsável(eis): Não há.

Interessado(os): Não há.

DESPACHO

Conheço da presente representação, satisfeitos os requisitos de admissibilidade previstos nos arts. 235 e 237 e do Regimento Interno deste Tribunal, além do art. 103, § 1º, da Resolução–TCU 259/2014.

Ante as informações levantadas pela unidade instrutora, **autorizo** as medidas propostas (peça 13), com as cautelas e alertas de praxe.

Brasília, 2 de março de 2021

(Assinado eletronicamente)

BRUNO DANTAS
Relator